



Estratégia
OAB

1º SIMULADO INÉDITO XXXI

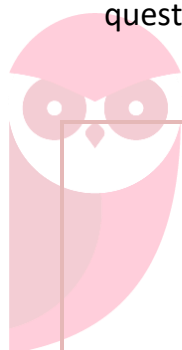
EXAME DE ORDEM



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, as suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.



Siga as nossas Redes Sociais
Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXI Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você der o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão: 01

Priscilinha e Roserval decidem constituir uma sociedade de advogados, e objetivando a conquista de uma maior clientela, convidam Paulo Sousa para integrar a sociedade com sede em São Paulo.

Paulo Sousa já possui uma sociedade unipessoal com sede em São Paulo, mas decide também integrar a nova sociedade de Priscilinha e Roserval.

Nos termos dos preceitos éticos, assinale a alternativa correta.

- a) A situação retratada é autorizada pelo Estatuto da OAB, já que não há impedimento legal quanto à fixação da sociedade unipessoal de advocacia na mesma área territorial em que estiver instituída a sociedade pluripessoal, a qual passará a ser composta também por Paulo Sousa.
- b) O advogado Paulo Souza poderá integrar também a sociedade pluripessoal de advogados, desde que requeira a suspensão de sua inscrição frente ao Conselho Seccional da OAB.
- c) A situação retratada é autorizada pelo Estatuto da OAB, desde que os advogados sócios da mesma sociedade profissional não representem em juízo clientes de interesses opostos.
- d) A situação retratada é vedada pelo Estatuto da OAB, já que nenhum advogado pode integrar simultaneamente uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Questão: 02

O advogado Marinho, inscrito na OAB, foi gravemente ofendido durante o exercício profissional, mais especificadamente, em determinada audiência judicial, gerando violação a sua prerrogativa profissional. O fato obteve grande repercussão no país. Considerando o caso narrado, e de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) o pedido de desagravo público só pode ser formulado por Marinho, que é a pessoa ofendida em razão do exercício profissional.
- b) o pedido de desagravo pode ser formulado por Marinho, mas depende da concordância do ofensor, que é a parte interessada também.
- c) o pedido de desagravo deve ser promovido apenas pelo Conselho competente, sob a concordância do ofendido.
- d) o desagravo público não depende de concordância do ofendido, o qual não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do Conselho.

Questão: 03

participação na votação sobre o repasse de verbas a determinados órgãos jurídicos.

Acerca da possibilidade de voz e voto na sessão do Conselho Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito a voz e voto.
- b) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui direito a voto e voz.
- c) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui somente direito a voto.
- d) O Ex-Presidente do Conselho Federal, a título honorário, possui somente direito a voz.

Questão: 04

Priscilinha, a rainha dos divórcios, foi convidada na condição de advogada para se pronunciar sobre os grandes divórcios de famosos que estavam na mídia, bem como sobre a atuação dos advogados frente à divisão de bens. O bate-papo com a advogada ocorreu em programa televisivo de grande repercussão, quando ao final da entrevista, a advogada ainda deixou consignado o telefone de contato do escritório e endereço para eventuais consultas jurídicas.

Diante de tais aspectos, assinale a alternativa correta.

- a) Quando convidado para manifestação pública, a advogada deve debater, ainda que haja certo caráter sensacionalista.
- b) Quando convidada para manifestação pública, a advogada deve evitar insinuações com o sentido de promoção pessoal ou profissional.
- c) A advogada quando participar de programa de televisão deve visar a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, ainda que com propósito de promoção pessoal ou profissional.
- d) É permitido ao advogado debater causa sob o patrocínio de outro advogado, desde que com cunho educativo.

Questão: 05

O advogado Marcos exercia os deveres decorrentes de mandato outorgado para defesa do cliente Arnaldo, mas por motivos pessoais, renunciou ao mandato. Arnaldo, então, o substituiu 3 dias depois de ser notificado da renúncia por Marcos.

Já Maurício, também advogado, atuou sem procuração, alegando que a atuação era urgente.

Com base na situação narrada e no disposto com o Estatuto da Advocacia e a OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Maurício não poderia atuar sem procuração de forma alguma, e Marcos foi obrigado a permanecer à disposição do seu cliente por dez dias após a notificação da renúncia.
- b) Marcos deveria continuar a representar seu cliente durante dez dias após a notificação da renúncia, porém, como foi substituído antes do término desse prazo, não há mais essa obrigação. Maurício pode atuar sem procuração ao afirmar urgência, mas deve apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.
- c) Marcos continuou a representar seu cliente durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, não podendo ser substituído nesse período. Maurício poderia atuar sem procuração ao afirmar urgência, devendo apresentá-la no prazo de dez dias.
- d) Maurício pode atuar sem procuração ao afirmar urgência, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, e Marcos não tem mais qualquer obrigação relacionada ao mandato desde a notificação da renúncia.

Questão: 06

Rodrigo, advogado, precisava comunicar-se com magistrado em sala de trabalho, que se recusou a recebê-lo, afirmando que Rodrigo não havia marcado hora e que, portanto, não poderia dirigir-se aos magistrados naquele momento.

Com base no disposto no Estatuto da Advocacia e a OAB, Rodrigo

- a) Não poderia dirigir-se aos magistrados na sala de trabalho sem agendar horário, pois há hierarquia entre advogados e magistrados.
- b) Pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que o magistrado seja seu superior hierárquico.
- c) Não pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que não exista hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público.
- d) Não teve seus direitos como advogado respeitados, pois é direito do advogado dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário marcado ou qualquer outra condição.

Questão: 07

Charles, inglês, é advogado, graduado em direito em Universidade na Escócia. Após passar férias no Brasil, Charles se encantou com o país e decidiu morar aqui. Ao questionar se poderia advogar no País, foi informado corretamente que

- a) Charles poderia advogar no Brasil caso fizesse a prova do seu título de graduação obtido no exterior e revalidado no Brasil, conseguisse a aprovação no Exame de Ordem, além dos demais requisitos para inscrição.
- b) Charles, por não ser brasileiro, poderia inscrever-se como advogado sem aprovação em Exame de Ordem, desde que fizesse prova do seu título de graduação obtido no exterior.
- c) Charles só poderia advogar no Brasil se obtivesse nova graduação em direito em instituição brasileira, pois não seria possível revalidar seu título obtido em instituição estrangeira.
- d) Charles, por ser estrangeiro, pode advogar no Brasil sem inscrição como advogado, desde atue somente em causas relacionadas ao seu país de origem.

Questão: 08

Bruno é advogado e promoveu a publicação patrocinada de uma postagem em suas páginas nas redes sociais, sem implicar o oferecimento de seus serviços, causando, porém, o envio de mensagens a diversos destinatários incertos. Em seguida, para comemorar o Natal, sua época favorita do ano, colocou luzes coloridas na porta do seu escritório.

Com base no Código de Ética da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Bruno violou o Código de Ética ao enviar mensagens a destinatários incertos e não poderia colocar luzes coloridas na porta do seu escritório, por ser vedado o uso de painéis luminosos e assemelhados.
- b) O Código de Ética veda o uso da internet e de outros meios eletrônicos para veiculação de publicidade, sendo permitido seu uso apenas para fins de caráter científico ou cultural.
- c) O Código de Ética permite o uso da internet e de outros meios eletrônicos para o envio de mensagens a destinatários incertos, desde que estas não impliquem o oferecimento de serviços ou representem forma de captação de clientela.
- d) A publicidade veiculada na internet seria permitida caso não implicasse o oferecimento de serviços e não representassem forma de captação de clientela, porém o envio de mensagens deveria ser para destinatários certos. As luzes de Natal, por sua vez, não violam o Código de Ética, pois não são formas de publicidade.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão: 09

Quanto às fontes do direito é CORRETO afirmar:

- a) Lei é a norma de conduta que disciplina relações de fato e cuja observância é imposta informalmente, restringindo o campo de liberdade do cidadão.
- b) Princípios gerais do direito são, ao mesmo tempo, proposições de caráter geral que englobam implicitamente um conjunto de normas e também cânones que orientam a produção dos efeitos das normas quanto diretrizes para colmatação de lacunas no sistema.
- c) Doutrina é o conjunto organizado de pesquisas, perguntas e respostas providas durante a atividade jurisdicional.
- d) Costume é a norma de conduta aceita e obedecida habitualmente, mediante formalidades estritas: prática constante e reiterada no tempo, com crença na institucionalidade da conduta.

Questão: 10

No que se refere às lacunas é CORRETO afirmar:

- a) A lacuna não intencional ocorre quando o legislador relega a terceiro a solução concreta do caso.
- b) A lacuna latente é aquela em que há efetiva e evidente ausência de norma a regular a questão.
- c) Na lacuna ontológica há dissociação entre a previsão normativa e a realidade social.
- d) A lacuna ideológica ou axiológica é marcada pela ausência de lei a regular o caso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão: 11

No seminário de Direito Constitucional para alunos da Universidade Federal do Estado Alfa, o Prof. Igor Belmonte explicou que o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro adotou uma legitimação extraordinária, estabelecendo legitimados ativos que devem atuar em nome próprio mas com o objetivo de defender o direito de todos mediante uma tutela objetiva da Constituição, garantindo assim sua força normativa. No entanto, o professor ainda explicou que alguns legitimados devem demonstrar o interesse de agir, ou seja, a relação entre a matéria do ato impugnado e as funções exercidas pelo legitimado. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta um legitimado especial:

- a) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- b) Presidente da República
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional
- d) Mesa da Assembleia Legislativa.

Questão: 12

Paulo, atual Governador do Estado Gama, pretende candidatar-se à reeleição para o cargo. Em igual sentido, o Prefeito Cristiano do Município Beta pretende se candidatar ao cargo de Governador. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, assinale a alternativa correta de acordo com o sistema constitucional brasileiro.

- a) O Governador Paulo e o Prefeito Cristiano poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
- b) O Governador Paulo e o Prefeito Cristiano poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, mas desde que renunciem aos respectivos mandatos seis meses antes do pleito.
- c) Governador Paulo somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito. Todavia, o Prefeito Cristiano poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
- d) Governador Paulo poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito Cristiano somente poderá candidatar-se ao cargo de Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

Questão: 13

Diego, tendo tomado ciência acerca de decisão proferida em seu processo administrativo, que determinou exigência de arrolamento prévio de bens como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, recorreu às instâncias superiores contra a medida, mas todas foram uníssonas em manter a decisão, esgotando assim a via administrativa.

Irresignado com o fato, Diego questiona seu advogado sobre o caso, sendo informado que tal determinação seria inconstitucional cabendo uma medida judicial. Nesse sentido, em consonância com o sistema jurídico constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Interpor Recurso Extraordinário perante o STF, em razão de ofensa a interpretação sumulada do Supremo Tribunal.
- b) Ingressar com Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal, por contrariar matéria já objeto de súmula vinculante.
- c) Apresentar recurso de Apelação para obter reforma da decisão recorrida.
- d) Ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, tendo em vista que a decisão judicial viola diretamente texto constitucional.

Questão: 14

Estado Zeta editou Lei Estadual nº. 456 prevendo que empresas privadas poderiam patrocinar bolsas de estudos para professores em faculdades particulares. Em contrapartida, tais professores ficariam obrigados a lecionar, durante determinado tempo, para cursos de alfabetização ou aperfeiçoamento dos funcionários das empresas patrocinadoras. Durante debate jurídico, você na qualidade de advogado foi instado a se manifestar. Assinale a alternativa correta:

- a) A referida Lei é inconstitucional, tendo em vista que a matéria é objeto de competência privativa da União.
- b) O Estado Zeta pode editar a Lei sobre patrocínio de bolsas de estudo, pois o tema se insere no âmbito da competência concorrente, sendo constitucional a lei em questão.
- c) A Lei é inconstitucional, pois o assunto é de interesse local cabem aos Municípios disciplinarem a matéria.
- d) A lei é constitucional, pois compete privativamente aos Estados disciplinar sobre educação e ensino.

Questão: 15

Diante de uma grave denúncia da prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus integrantes, admitiu a acusação contra o Presidente. Nessa senda, de acordo com a CRFB/88 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato

- a) caberá à Câmara dos Deputados após juízo de admissibilidade.
- b) caberá ao Supremo Tribunal Federal após a instauração do processo.
- c) dependerá da instauração do processo pelo Senado após juízo de admissibilidade desta casa.
- d) dependerá de decisão conjunta da Câmara e do Senado.

Questão: 16

Considere a seguinte situação hipotética: Ricardo é cidadão brasileiro e empregado público concursado do Banco do Brasil, sociedade de economia mista federal. Em 2019, acabou recebendo promoção para a agência bancária situada na cidade de Orlando - EUA, onde permaneceu até 2024. Enquanto trabalhava nessa cidade, Ricardo conheceu a linda Katy Perry, cidadã americana, com quem teve um breve relacionamento. Dessa relação nasceu Antony. Considerando o caso hipotético e o texto da Constituição brasileira de 1988, o filho do casal:

- a) será brasileiro nato se os pais a tiverem registrado no consulado brasileiro e caso venha a residir no Brasil até os 18 anos.
- b) será brasileiro nato, independentemente de qualquer opção ou registro consular.
- c) será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e opte por tal nacionalidade até um ano após a maioridade.
- d) será brasileiro nato se os pais a tiverem registrado no consulado brasileiro e caso opte, a qualquer tempo, por tal nacionalidade.

Questão: 17

Em razão de graves indícios de corrupção em empresa pública federal, é instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal. Com o objetivo de apurar todos os fatos, a CPI determina a quebra do sigilo bancário e do sigilo telefônico de um dos investigados. Além disso, convoca o Presidente da República para prestar depoimento em dia e hora marcados. Com base na CRFB/88 e jurisprudência do STF, analise as assertivas abaixo e, em seguida, marque a opção correta:

- a) A CPI não poderá convocar o Presidente da República para prestar depoimento, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.
- b) A CPI não pode determinar a quebra do sigilo bancário e telefônico, uma vez que essas medidas estão sujeitas à reserva de jurisdição.
- c) A CPI, enquanto direito das minorias legislativas, tem poderes para determinar a busca e apreensão domiciliar, bem como medidas cautelares, a fim de se garantir a proteção ao patrimônio público.
- d) A instalação de CPI depende do requerimento de 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, em conjunto ou separadamente. É possível, no entanto, que o Plenário da Casa Legislativa recuse a instalação de CPI pelo voto da maioria absoluta dos membros.

DIREITOS HUMANOS

Questão: 18

Há notícia de que uma comunidade de pessoas habitantes na cidade do Rio de Janeiro sofre violação à liberdade de ir e vir em virtude da atuação agressiva por parte dos órgãos policiais atuantes no local. Segundo consta, muitos indivíduos foram presos arbitrariamente. José, uma das supostas vítimas, pergunta a um advogado acerca de medidas a serem tomadas. Dentre os vários instrumentos presentes no ordenamento jurídico para solucionar o problema, o advogado poderia ter afirmado que:

- a) não é possível encaminhar reclamação ao Comitê do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, uma vez que o Brasil sequer ratificou o tratado em questão.
- b) não é possível encaminhar reclamação ao Comitê do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, pois esse Pacto não trata do Direito de Liberdade.
- c) é cabível encaminhar reclamação ao Comitê do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, desde que tenham sido esgotados todos os demais recursos, sendo irrelevante o anonimato do peticionário.
- d) é cabível encaminhar reclamação ao Comitê do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, desde que tenham sido esgotados todos os demais recursos e a petição não seja anônima.

Questão: 19

Marcos foi preso em flagrante pela suposta prática de roubo no dia 05/12/2019. No dia seguinte, sem que fosse realizada audiência de custódia, o juiz competente decretou sua prisão preventiva. Até a presente data não foi oferecida denúncia pelo Ministério Público ou apresentado Relatório Final pela autoridade Policial. Irresignado com essa situação, a esposa de Marcos consulta você, advogado, em busca de auxílio.

Com base no Pacto San Jose da Costa Rica e na sua Regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça, assinale a opção que indica o esclarecimento correto que você, como advogado, forneceu à esposa de Marcos.

- a) Não houve violação ao Pacto San Jose da Costa Rica, pois segundo o Pacto a audiência de custódia poderá ser realizada em até 30 dias da data da prisão.
- b) Não houve violação ao Pacto San Jose da Costa Rica, uma vez que esse tratado não menciona o direito à realização de audiência de custódia.
- c) Houve violação do Pacto San Jose da Costa Rica, sendo que, segundo o disposto em Resolução do CNJ, Marcos deveria ter sido apresentado ao juiz competente em 24 horas.
- d) Não houve violação ao Pacto San Jose da Costa Rica, pois foi decretada sua prisão preventiva.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão: 20

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos têm especial tratamento dado pela nossa Constituição Federal, podendo ter o status de emenda constitucional caso sejam aprovados como tal.

Para isso, eles devem ser aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional,

- a) em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- b) em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- c) em único turno, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- d) em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Questão: 21

Pablo, ex-diplomata, após deixar o cargo que exercia em seu país de origem, ciente de que existe uma investigação em curso na Argentina, opta por fixar residência no Brasil, pelo fato de ser estrangeiro casado com brasileira, com a qual tem dois filhos pequenos. Anos depois, já tendo se naturalizado brasileiro, o governo da Argentina pede a extradição de Pablo em razão de sentença que o condenou por crime comum praticado quando ocupava cargo público em seu país.

Essa extradição

- a) não poderá ser concedida, porque o Brasil não extradita seus nacionais.
- b) não poderá ser concedida, porque o extraditando tem filhos menores sob sua dependência econômica.
- c) poderá ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.
- d) poderá ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com a França.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão: 22

João é proprietário de um apartamento no Município de São Paulo/SP e o disponibilizou para locação junto a uma empresa administradora de bens de terceiros (imobiliária). Maria locou esse imóvel por intermédio da administradora (imobiliária), sendo que o locador e a locatária pactuaram, por intermédio da referida empresa administradora de bens, que o pagamento do IPTU e taxas incidentes sobre o imóvel objeto da locação será da responsabilidade da locatária. Maria não pagou o IPTU e taxas do exercício de 2017, relativamente a tal imóvel. Diante da hipótese, segundo o disposto no CTN, o Município pode cobrar o débito do:

- a) Do locador, do locatário e da empresa administradora, que são devedores legalmente solidários.
- b) Do locatário e subsidiariamente do locador.
- c) Do locador, pois as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública.
- d) Do locatário, conforme disposto no contrato.

Questão: 23

O Município de Salvador/BA ajuizou Execução Fiscal em face de Carlos por débitos de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo relativos a fato gerador ocorrido no exercício de 2017. Na primeira tentativa de citação o Exequente obteve a informação de que o Executado havia falecido em meados do ano de 2016, o que foi confirmado pela juntada, nos autos da execução, da respectiva Certidão de Óbito. O Exequente requereu, então, nos mesmos autos, a emenda da CDA – Certidão da Dívida Ativa, de modo a prosseguir com a cobrança em face dos sucessores de Carlos, atuais proprietários do bem. Diante dessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) A CDA poderá ser substituída até a decisão de primeira instância, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- b) A CDA poderá ser substituída somente se houver anuência do atual proprietário do bem.
- c) O ordenamento jurídico não permite qualquer emenda ou substituição relativamente à CDA.
- d) A Exequente não poderá substituir ou tampouco emendar a CDA, pois, não obstante exista tal para isso não pode ocasionar a modificação do sujeito passivo do Processo de Execução Fiscal, conforme a jurisprudência do STJ.

Questão: 24

A Ricardo Produtora de Frutas Ltda. é proprietária de 3 (três) imóveis localizados na divisa entre a zona urbana e a zona rural do Município de Cascavel/PR. Mais do que a metade de todos esses imóveis está situada na zona urbana e o restante na zona rural do mesmo Município, segundo as delimitações traçadas pelo Plano Diretor. Os referidos imóveis são utilizados exclusivamente para a plantação e cultivo de frutas, em produção agrícola profissional, exercida mediante empresa regularmente estabelecida, com a colaboração de 25 (vinte e cinco) empregados, cuja produção é destinada à venda junto aos grandes distribuidores da região. Considerando a hipótese é correto afirmar que os imóveis em questão:

- a) Estão sujeitos à incidência do IPTU.
- b) Estão sujeitos à incidência do ITR.
- c) Estão sujeitos à incidência do IPTU e do ITR, de acordo com a proporção existente relativamente às frações que estão localizadas na área urbana e na área rural.
- d) Não estão sujeitos a imposto sobre a propriedade em razão de imunidade.

Questão: 25

A empresa Três Estrelas Ltda. foi notificada acerca da constituição de créditos tributários de IPI, relativamente à produtos que industrializou e vendeu para o mercado externo (exportação). Por entender que a operação em questão é imune à incidência desse imposto, ingressou, tempestivamente, com impugnação administrativa, questionando a constitucionalidade da referida exigência. Ocorre que a empresa participará de uma licitação e, por isso, precisará de uma certidão de regularidade fiscal quanto a tributos federais. Diante da hipótese, a respectiva Administração Tributária deverá emitir uma:

- a) Certidão Positiva, ante à existência de débitos.
- b) Certidão Condicional, já que existe dúvidas acerca da constitucionalidade do imposto.
- c) Certidão Negativa, pois não há débito.
- d) Certidão Positiva com Efeito de Negativa, pois o débito em questão encontra-se com a exigibilidade suspensa.

Questão: 26

O Presidente da República aumentou a alíquota do IPI mediante Decreto, obedecido o limite legal. O referido Decreto prescreve que a alíquota majorada é devida a partir da sua publicação, data em que entrou em vigor. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a fixação da alíquota do IPI tal como realizada:

- a) É inconstitucional, pois não poderia ser majorada por Decreto e o aumento deveria subordinar-se aos Princípios da Anterioridade de Exercício e Nonagesimal.
- b) É inconstitucional, pois, apesar da possibilidade de sua majoração por Decreto, o aumento deveria subordinar-se aos Princípios da Anterioridade de Exercício e Nonagesimal.
- c) É inconstitucional, pois, apesar da possibilidade de sua majoração por Decreto e apesar de sua não submissão ao Princípio da Anterioridade de Exercício, o aumento deveria subordinar-se ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- d) É constitucional, pois a alíquota do IPI pode ser majorada por Decreto e a sua majoração não se subordina aos Princípios da Anterioridade de Exercício e Nonagesimal.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão: 27**

Oliver, Ray e Cisco, servidores públicos federais, agentes penitenciários, foram coniventes com uma grande rebelião instaurada em uma unidade federal. Todo o ocorrido fora apurado em processo administrativo disciplinar e a autoridade competente decidiu colocar em disponibilidade os agentes Oliver e Cisco como forma de sanção. Já quanto ao agente Ray, nenhuma penalidade foi aplicada.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A disponibilidade tem natureza de sanção, portanto perfeitamente possível sua aplicação no caso concreto desde que os três servidores públicos sofram a mesma punição.
- b) A disponibilidade não tem natureza de sanção, somente se aplicando nas hipóteses de extinção do cargo ou declaração de necessidade.
- c) Em hipóteses semelhantes ao caso apresentado é perfeitamente possível a aplicação da sanção de disponibilidade, sendo certo que não houve qualquer desvio de finalidade na aplicação da sanção descrita.
- d) A disponibilidade tem natureza de sanção, portanto perfeitamente possível sua aplicação no caso concreto, cabendo à autoridade competente decidir se aplicará a pena a todos os envolvidos.

Questão: 28

Foi instaurado um processo administrativo com o fim de apurar possível responsabilidade administrativa de certas sociedades empresárias que estariam atuando em conluio com o objetivo de fraudar licitações promovidas no Estado X.

Diante disso, uma das investigadas, a sociedade empresária Pode Confiar S.A. celebrou acordo de leniência com a autoridade competente, almejando mitigar as penalidades administrativas. O acordo resultou na identificação das outras quatro sociedades envolvidas e na obtenção de informações e documentos que comprovavam o esquema de prévia combinação de propostas, com a predefinição de quem venceria a licitação pública, alternadamente, de modo a beneficiar cada uma das sociedades empresárias participantes do conluio.

Com o avanço das apurações, a sociedade empresária Mensalina S/A também se interessou em celebrar um acordo de leniência, sob o fundamento de que dispunha de outros documentos que ratificariam os ilícitos cometidos.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Poderá a sociedade empresária Mensalina firmar o novo acordo de leniência pretendido.
- b) A sociedade empresária Mensalina S/A não poderá firmar acordo de leniência visto que não foi a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ilícito.
- c) A Administração Pública não pode celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica que se admite responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei de Licitações.
- d) Não pode a Administração Pública atenuar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar, mesmo que a sociedade empresária tenha firmado acordo de leniência.

Questão: 29

Após dois anos dedicando-se aos estudos, Tahani foi aprovada para o cargo de analista da Receita Federal em 2018. Oito meses após a posse do cargo público, Tahani decide passar um ano prestando trabalho voluntário no exterior. Para não se desvincular do serviço público, ela pretende obter licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de um ano. Diante do caso narrado, responda a alternativa correta.

- a) Tahani poderá obter a licença para tratar de interesses particulares.
- b) Tahani poderá obter a licença desde que, o período de afastamento do serviço público não ultrapasse três meses.
- c) Tahani poderá obter a licença por até um ano, sendo que neste período terá direito à um terço da remuneração do cargo público.
- d) Tahani não poderá obter a licença, pois está só pode ser concedida ao servidor que não esteja em estágio probatório.

Questão: 30

Diante do aumento populacional, os municípios Star, Gotham e Central City, se uniram em um consórcio público com personalidade jurídica de direito público a fim de melhorar a prestação de serviços de captação e tratamento de água na região. Para tanto, fora necessário construir novas adutoras interligando os três municípios. Ocorre que as novas adutoras terão que passar por terrenos particulares, sendo necessária a instituição de servidões administrativas.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) O referido consórcio passará a integrar a administração direta dos municípios Star, Gotham e Central City.
- b) Somente um dos municípios poderá integrar o consórcio público com personalidade jurídica de direito público na sua administração direta. Os demais deverão incorporá-lo na administração indireta.
- c) Por ser pessoa jurídica de direito público, o consórcio poderá instituir as servidões necessárias para a construção das novas adutoras.
- d) Somente os municípios agindo isoladamente poderão instituir a referida servidão.

Questão: 31

Íris Allen, presidente de uma determinada autarquia federal, nomeou cinco servidores efetivos sem o devido concurso público. Dois anos após a nomeação, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade em face de Íris, sob o fundamento de prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

A defesa de Íris apresentou contestação alegando que houve mera irregularidade administrativa, devendo ser afastada a tese de ato de improbidade administrativa uma vez que não houve qualquer dano ao erário ou enriquecimento ilícito. A defesa afirmou ainda que os atos de improbidade estão previstos em um rol taxativo apresentado na Lei de Improbidade Administrativa e que não há qualquer dispositivo legal afirmando que a não realização de concurso público é ato de improbidade.

Com base no caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) É procedente a alegação de que houve mera irregularidade administrativa e não ato de improbidade administrativa.
- b) Não será possível qualquer punição imposta a Íris visto que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva.
- c) As condutas descritas na Lei de Improbidade Administrativa são situações meramente exemplificativas, podendo existir outras condutas que importem ato de improbidade administrativa por causarem lesão ao erário, enriquecimento ilícito ou violação aos princípios da Administração Pública.
- d) A prescrição só ocorrerá três anos após o conhecimento do MP do ilícito praticado.

Questão: 32

O Estado Beta está realizando obras de duplicação de uma estrada. Durante a obra foi necessário interditar uma das faixas da pista, deixando apenas uma faixa livre para o trânsito de veículos. Foram colocadas diversas placas e letreiros luminosos sinalizando a interdição e mesmo assim, Fernando, dirigindo em velocidade superior à permitida, distraiu-se em uma curva e acabou colidindo com algumas máquinas instaladas na faixa interdita, causando danos ao seu veículo.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando o caso acima descrito, está configurada a responsabilidade objetiva do Estado, devendo o Estado Beta ressarcir integralmente os danos ocasionados no veículo de Fernando.
- b) Em nosso ordenamento jurídico não é admissível a responsabilidade civil do Estado por ato lícito.
- c) Não haverá responsabilidade integral do Estado Beta, visto que Fernando não respeitou a velocidade permitida e nem observou a sinalização existente, caracterizando culpa exclusiva da vítima.
- d) Mesmo que Fernando não tenha observado a velocidade permitida e a sinalização no local da obra, caberá ao Estado Beta indenizá-lo tendo em vista o dever de guarda imposto ao ente público.

DIREITO AMBIENTAL

Questão: 33

Após estudos técnicos e consulta pública, o Governo Federal, por intermédio de um decreto, cria uma APA (Área de Proteção Ambiental). É uma unidade de conservação extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Neste caso, e considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), marque a opção correta:

- a) A Área de Proteção Ambiental (APA) criada pode ser constituída por terras públicas ou privadas.
- b) É obrigatório que o Plano de Manejo da APA contemple a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
- c) A APA prescinde de Plano de Manejo, pois apenas unidades de conservação de proteção integral exigem esse documento técnico.
- d) O Governo Federal não pode criar uma APA por decreto. Neste caso, haveria a necessidade de uma lei federal específica.

Questão: 34

O Governo Federal pretende ampliar a oferta de energia nuclear, com a construção de um novo reator em Angra dos Reis para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional. Sobre o tema, marque a opção correta:

- a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- b) A responsabilidade civil por danos nucleares depende da existência de culpa, ou seja, é subjetiva.
- c) O licenciamento ambiental da atividade será competência do Município que sediar a usina, no caso Angra dos Reis.
- d) É dispensado o licenciamento ambiental, por ser caso de utilidade pública e ser atividade estratégica para o Governo Federal. Há, no entanto, a necessidade de consulta à população diretamente afetada pelo empreendimento.

DIREITO CIVIL

Questão: 35

Marcos é casado com Estefani e tem dois filhos, Vinicius e Clara, maiores e capazes. Marcos, que tem os pais ainda vivos, desaparece de seu domicílio, sem deixar notícias ou procurador. Marcos estava separado de fato de Estefani há um ano e mantinha um relacionamento casual com Simone. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) A curadoria dos bens de Marcos só poderá ser feita um ano após seu desaparecimento sem que dele se tenha notícias.
- b) Estefani será a legítima curadora de Marcos.
- c) Os pais de Marcos serão seus curadores, já que ele está separado de fato de seu cônjuge.
- d) Vinicius ou Clara deverão ser nomeados curadores, já que Marcos está separado de fato e, na falta do cônjuge, a curadoria caberá primeiramente aos descendentes.

Questão: 36

Mauro e Ivan firmaram contrato de compra e venda de um imóvel, no valor de cem salários mínimos, fazendo-o mediante escritura pública. No momento em que o contrato foi firmado, o imóvel não pertencia a Mauro, vendedor, estando em condomínio com seus irmãos. Isso porque o bem pertencia a seu pai falecido, mas Mauro já havia combinado com seus irmãos de comprar a quota deles referente ao imóvel e ser o único proprietário. Mauro explicou a situação a Ivan, que nada disse sobre assunto. Sobre os negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- a) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

Questão: 37

Luiz contratou Fábio para transportar ele e seus amigos para um acampamento fora da cidade. Além dos passageiros, o transporte também incluía bagagens, com as barracas e equipamentos de acampamento. Por ser um local distante e perigoso e por passar por dentro de uma mata fechada e desabitada, Fábio previu no contrato uma cláusula de excludente de responsabilidade. De acordo com o caso, responda:

- a) A cláusula de excludente de responsabilidade é válida, dado o risco do negócio.
- b) A culpa de terceiro é excludente de responsabilidade no contrato de transporte.
- c) O transportador pode recusar passageiros, pois os contratos são feitos de forma livre, cabendo a ele a escolha de quem transportar.
- d) Caso Luiz e seus amigos não paguem o valor combinado no contrato, após executado o transporte, Fábio poderá reter a bagagem e outros objetos pessoais destes, para garantir-se do pagamento do valor da passagem.

Questão: 38

Anastácia retirou uma janela da sala de sua antiga mansão para reformar e depois colocar de volta na sala. Isso porque a peça tem alto valor, pois foi fabricada no século dezoito, por um artista francês muito famoso. Sobre o bem em questão, é correto classificá-lo como:

- a) imóvel, infungível, inconsumível e indivisível.
- b) imóvel, fungível, consumível e divisível.
- c) móvel, fungível, inconsumível e indivisível.
- d) móvel, infungível, inconsumível e indivisível.

Questão: 39

Felipe, médico, realizou uma cirurgia em Marcia, que ficou com sequelas. Maiara é dona de um cachorro, que fugiu e atacou um ciclista na rua. Carlos é pai de Enzo, atualmente com dezesseis anos, que se envolveu em uma briga com um colega e acabou quebrando o braço do rapaz. Samuel, motorista, bateu um dos carros de João, seu empregador, ao acertar a traseira de um outro veículo. Quanto à responsabilidade civil, é correto afirmar.

- a) A responsabilidade de Felipe, Maiara, Carlos e João é objetiva, sendo todos responsáveis pelos danos causados, independente de comprovação de culpa.
- b) Carlos e João têm ação regressiva contra os causadores dos danos.
- c) A responsabilidade de João é objetiva, mas a responsabilidade de Samuel é subjetiva.
- d) Maiara não responderá pelos danos causados, pois seu cachorro fugiu, não havendo mais responsabilidade de sua parte pelos danos causados.

Questão: 40

Otávio comprou um carro de Teresa por R\$ 15.000,00, devendo pagar esse valor em dinheiro, no domicílio de Teresa. Alguns meses antes, Teresa pegou um valor emprestado com Otávio, para pagar uma dívida de R\$ 6.000,00, valor a ser pago no domicílio de Otávio. Sobre a alternativa, é correto afirmar que

- a) As dívidas de Teresa e Otávio não podem ser compensadas, pois não houve previsão expressa das partes.
- b) Teresa, notificada, ao nada opor à cessão que Otávio faz a Pedro, pode posteriormente opor contra este a compensação, que antes da cessão teria podido opor em face de Otávio.
- c) Não poderá haver compensação, dado a diferença de causas na dívida.
- d) Como as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar, não se podem compensar sem dedução das despesas necessárias à operação.

Questão: 41

Alessandro hipotecou sua casa em favor de Adriana, em virtude de uma dívida. Alguns meses depois, Alessandro se mudou para outro estado, deixando a casa abandonada. Cleiton, ao ver a casa abandonada, passou a nela morar, permanecendo lá por quinze anos. Cleiton não conhece Alessandro ou Adriana. Com base no caso responda:

- a) Cleiton não poderá requerer a usucapião, tendo em vista a hipoteca em favor de Adriana.
- b) A posse de Cleiton é justa e de boa-fé, sendo que a hipoteca não poderá ser impedimento para a aquisição do imóvel por usucapião.
- c) Cleiton poderá adquirir o imóvel por usucapião, mas a hipoteca permanecerá, pois é em relação ao imóvel, permanecendo mesmo que o proprietário seja outro.
- d) A posse de Cleiton é justa, mas não pode ser considerada de boa-fé, dada a existência da hipoteca.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão: 42

Filomena cuida do neto Zé desde o nascimento do garoto, em razão do falecimento de sua filha, mãe do menor, durante o parto. Marcos, pai biológico do menor, apenas lhe registrou, mas nunca teve qualquer contato com a criança. Acontece que, agora a criança conta com 8 anos de idade e o pai, repentinamente, entrou em contato com Filomena para informá-la de que deseja ficar com a criança.

Diante dessa situação, Filomena lhe procurou para prestar auxílio sobre qual a ação indicada para regularizar definitivamente o direito à convivência familiar de Filomena com Zé. Assinale a resposta que você, na qualidade de advogado, deverá fornecer:

- a) ação de destituição do poder familiar cumulada com tutela.
- b) ação de suspensão do poder familiar cumulada com guarda.
- c) ação de destituição do poder familiar cumulada com guarda.
- d) ação de destituição do poder familiar cumulada com adoção.

Questão: 43

Pedro, de 14 anos de idade, foi apreendido por policiais enquanto praticava ato infracional análogo ao delito de furto. Em seguida, Pedro foi encaminhado para oitiva perante membro do Ministério Público na companhia de seus pais. Ao final da oitiva, o Ministério Público apresentou proposta de remissão, com a aplicação cumulada de medida de semiliberdade, o que, naquele momento, foi aceito pelo adolescente e pelos pais, que assinaram termo do acordo. Dias depois, os pais de Pedro contaram o caso a um advogado de confiança da família. Cumpra ao profissional orientar que:

- a) o acordo não tem validade, uma vez que não pode ser aplicada medida de semiliberdade nesse caso.
- b) como o acordo já foi assinado, não há medida a ser tomada.
- c) o acordo não tem validade, porque não há previsão legal para a aplicação de medidas socioeducativas em conjunto com a remissão.
- d) o acordo não tem validade, pois o Ministério Público não tem competência para realizar qualquer tipo de remissão, matéria de competência exclusiva do magistrado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão: 44

Ana Clara de apenas sete anos ao ingerir parcialmente um iogurte da marca “Mais Sabor Ltda”, se deparou com um inseto no interior da embalagem do produto. A mãe da menina entrou em contato com a fabricante para informar o ocorrido, contudo a única resposta que obteve é que esse era um fato isolado e que não havia nenhum problema, uma vez que Ana Clara, apesar de ter bebido o iogurte, não chegou a ingerir o inseto. Diante dessa situação, assinale a opção correta à luz das normas que regem as relações de consumo bem como o entendimento jurisprudencial.

- a) Ana Clara por ser menor de idade não é considerada consumidora, portanto, não é possível pleitear em juízo qualquer reparação.
- b) Ana Clara não foi exposta a um risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, visto que não ocorreu a ingestão do inseto presente no produto alimentício, portanto não fará jus a qualquer indenização.
- c) Ana Clara foi exposta a um risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, ainda que não tenha ocorrido a ingestão do inseto presente no produto alimentício, portanto fará jus a compensação por dano moral.
- d) Ana Clara foi exposta a um risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, ainda que não tenha ocorrido a ingestão do inseto presente no produto alimentício, portanto somente fará jus a compensação por dano material.

Questão: 45

No que se refere à convenção coletiva de consumo, assinale a alternativa incorreta:

- a) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo.
- b) Não se exige de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.
- c) A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.
- d) A convenção tornar-se-á obrigatória a partir da deliberação pelas entidades signatárias.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão: 46

Guilherme das Neves e Eduardo das Rochas constituem uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços intelectuais em festas infantis, já que possuem formação intelectual como artistas circenses. A sociedade leva o nome de NEVOEIRO E ROCHINHA ENTRETENIMENTO S/S. Ressalte-se que a sociedade fora constituída para fins econômicos e exercício de atividade profissional não organizada e teve a sua inscrição no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

- a) O órgão registral de opção para a inscrição está adequado.
- b) A inscrição haveria de ser realizada em um dos cartórios de registro das juntas comerciais estaduais.
- c) A inscrição haveria de ser feita em uma das juntas estaduais vinculadas ao registro público de empresas mercantis.
- d) A inscrição haveria de ser feita em um cartório de títulos e documentos empresariais.

Questão: 47

Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade intelectual se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

- a) estamos diante de uma sociedade empresária, já que o principal elemento de empresa sempre está presente nas atividades intelectuais.
- b) a atividade é empresarial já que econômica.
- c) caso a atividade seja profissional, econômica e organizada devemos considerá-la empresarial.
- d) a atividade não pode ser considerada empresária em nenhuma hipótese.

Questão: 48

Sobre a Empresa e o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado aos pequenos empresários:

- a) O microempreendedor individual será exclusivamente empresário individual;
- b) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada pode se inscrever como MEI – Microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte;
- c) As sociedades anônimas podem se inscrever apenas como empresas de pequeno porte;
- d) O Empresário Individual poderá se inscrever como MEI – Microempreendedor Individual ou microempresa, mas é proibido de realizar inscrição como empresário de pequeno porte.

Questão: 49

A empresa Rose do Val Artigos Íntimos em nome coletivo, que não levou seus atos constitutivos a registro no órgão competente deve ser tratada de acordo com as regras:

- a) das sociedades simples;
- b) das sociedades em nome coletivo;
- c) das sociedades por ações;
- d) das sociedades em comum.

Questão: 50

A Remuneração do Administrador Judicial em uma Recuperação de Empresas é considerada como crédito:

- a) de privilégio especial;
- b) extraconcursal;
- c) prioritário;
- d) quirografário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão: 51

Pedro ajuizou ação contra Henrique, sendo que a demanda foi julgada procedente, com o estabelecimento da obrigação de pagar quantia certa em benefício do autor. Em sede de cumprimento de sentença, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, não houve pagamento por parte de Henrique. É possível afirmar que, nesse caso:

- a) Não serão devidos honorários, pois não é cabível a condenação em honorários advocatícios em sede de cumprimento de sentença.
- b) A princípio, serão devidos honorários advocatícios de vinte por cento.
- c) Só serão devidos honorários caso Henrique impugne o cumprimento de sentença.
- d) A princípio, serão devidos honorários advocatícios de dez por cento.

Questão: 52

João se envolveu em um acidente automobilístico com Pedro. Em virtude disso, Pedro ajuizou ação de indenização por danos morais em face de João. A fim de cobrir eventual prejuízo, João deseja ativar sua seguradora, para que seja ressarcido caso seja vencido no processo. Nesse caso, João poderá se utilizar do seguinte instrumento:

- a) Oposição.
- b) Chamamento ao Processo.
- c) Denúnciação à lide.
- d) Nomeação à autoria.

Questão: 53

Em virtude de um desentendimento contratual entre Carlos e Maria, Carlos ajuizou ação contra Maria requerendo, dentre outros pedidos, a expedição de mandado de busca e apreensão para que fosse apreendido um veículo que se encontrava na residência da ré. Após o deferimento da medida, o advogado de Maria, Artur, não forneceu o endereço correto da ré, com o intuito de frustrar o cumprimento da decisão judicial. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A conduta de Artur configura ato atentatório à dignidade da Justiça e, por esse motivo, o juiz deve oficiar à OAB para que seja apurada a conduta do procurador, não se aplicando multa no caso em tela.
- b) A conduta de Artur não configura ato atentatório à dignidade da Justiça, tratando-se de técnica aceitável de litigância.
- c) A conduta de Artur configura ato atentatório à dignidade da Justiça e, por esse motivo, o juiz deve aplicar ao advogado multa de até vinte por cento do valor da causa.
- d) A conduta de Artur configura ato atentatório à dignidade da Justiça e, por esse motivo, o juiz deve aplicar ao advogado multa de até dez por cento do valor da causa.

Questão: 54

Durante o transcorrer de um concurso público, o candidato Augusto se sentiu injustiçado, pois não lhe foram atribuídos pontos decorrentes de um mestrado que concluiu, sendo que essa pontuação estava prevista no edital do concurso público. Por esse motivo, ajuizou ação contra a banca examinadora e a instituição que promoveu o concurso, para que lhe fossem atribuídos os pontos em questão.

Ao analisar a inicial, o juiz entendeu ser o caso de se promover a citação de todos os demais candidatos que pudessem ser afetados pela concessão dos pontos a Augusto e, por isso, determinou que o autor realizasse a citação destes, no prazo de 15 dias. Augusto optou por ignorar a decisão judicial. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O processo prosseguirá normalmente, pois não é obrigatória a citação de todos os litisconsortes necessários.
- b) O processo será extinto sem resolução do mérito.
- c) O processo será extinto com resolução do mérito.
- d) O processo prosseguirá normalmente, pois o prazo legal para a citação dos litisconsortes necessários é de trinta dias.

Questão: 55

Paulo ajuizou ação de rescisão contratual contra Vitor. O feito tramitou normalmente, tendo sido proferida decisão de saneamento em 13/12/2019. Ocorre que, em 19/12/2019, a autor requereu a inclusão de pedido de danos morais contra o réu, o qual aceitou o aditamento do pedido, convicto de que seria vitorioso. Nesse caso, o juiz:

- a) Não poderá deferir o pedido, pois só é possível o aditamento do pedido da causa de pedir até o saneamento do processo, independentemente do consentimento do réu.
- b) Não poderá deferir o pedido, pois só é possível o aditamento do pedido da causa de pedir até a citação.
- c) Poderá deferir o pedido, concedendo o prazo comum de quinze dias para que as partes indiquem novas provas para produzir.
- d) Poderá deferir o pedido, uma vez que é possível o aditamento do pedido da causa de pedir com o consentimento do réu até o momento da sentença.

Questão: 56

Em determinado procedimento licitatório organizado pela Empresa Pública Banco Max, do qual participava a empresa de Ricardo, foi estabelecido no instrumento convocatório que o tipo de licitação seria menor preço. Sem qualquer aviso prévio, o órgão responsável pelo processo licitatório avisou que seria utilizado o tipo melhor técnica. Contra esse ato, o advogado de Ricardo:

- a) Poderá ajuizar mandado de segurança, desde que o faça dentro do prazo de 2 anos.
- b) Não poderá manejar mandado de segurança, por se tratar de ato de gestão comercial de Empresa Pública.
- c) Não poderá manejar mandado de segurança, pois não cabe mandado de segurança em procedimento licitatório.
- d) Poderá ajuizar mandado de segurança, pois é cabível mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

Questão: 57

Paulo ajuizou ação de reintegração de posse, pleiteando na inicial, dentre outras coisas, a concessão de justiça gratuita. Ao receber a Inicial, o juiz indeferiu o pedido de gratuidade de Justiça. Nesse caso, o recurso cabível contra essa decisão será, em regra, o de:

- a) apelação.
- b) embargos de declaração.
- c) agravo de instrumento.
- d) recurso extraordinário.

DIREITO PENAL

Questão: 58

Joaquim, pretendendo matar a própria esposa, arma-se com um revólver e fica aguardando a saída dela da academia de ginástica. Ocorre que por erro no disparo atinge e mata pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, sem atingir a esposa. Neste caso Joaquim:

- a) responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, "e", do Código Penal).
- b) responderá por homicídio doloso, mas sem a incidência da agravante de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, "e", do Código Penal).
- c) não responderá por crime algum
- d) responderá por tentativa de homicídio e homicídio culposo em concurso.

Questão: 59

Almir e Bruno, sem saber da existência um do outro, atiraram em José que em razão dos disparos veio a falecer. Realizado o exame cadavérico, não se pôde constatar qual dos projéteis fora responsável pelo resultado morte. Neste caso, Almir e Bruno responderão:

- a) ambos por homicídio doloso consumado.
- b) homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, respectivamente.
- c) homicídio doloso e homicídio culposo, respectivamente.
- d) ambos apenas por homicídio doloso tentado

Questão: 60

Antônio, por erro plenamente justificável pelas circunstâncias supõe que se encontra em situação de perigo para sua vida, ao achar que um cachorro de grande porte iria atacá-lo, porém, se tratava de um animal manso que apenas tinha fugido da coleira de seu dono. Ao matar o cachorro pensando estar se defendendo, Antônio atua em hipótese que a doutrina chama de:

- a) estado de necessidade real, excludente de ilicitude
- b) legítima defesa putativa pelo ataque de animal
- c) estado de necessidade putativo.
- d) legítima defesa real, excludente de ilicitude.

Questão: 61

Plínio obrigou Joana, com idade de 13 anos a praticar com ele sexo oral e anal, ameaçando-a com uma arma de fogo. Ao final das crueldades, Plínio levou Joana até a beira de um rio, amarrou seu corpo em uma pedra e a atirou no rio para que morresse afogada e não pudesse noticiar o fato à polícia. Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por Plínio?

- a) Estupro de vulnerável seguido de morte (crime preterdoloso).
- b) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em concurso material.
- c) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em crime continuado.
- d) Homicídio doloso qualificado, sendo que o Estupro de vulnerável, crime-meio, fica absorvido.

Questão: 62

Andreia, desejando um novo notebook pede à seu pai que lhe dê a quantia de R\$ 2.000,00 para adquirir o produto, sendo o pedido negado. Sem condições de comprar o produto com sua renda própria, Andreia em certo dia arranca uma folha do talão de cheques de seu pai, falsifica a assinatura deste e usa o título para adquirir o produto desejado. Assinale a alternativa que indique a pena a que, por esse ato, Andreia está sujeita.

- a) Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, pois praticou o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- b) Reclusão, de um a cinco anos, e multa, pois praticou o crime de falsificação de documento particular.
- c) Reclusão de um a três anos, e multa, pois praticou o crime de falsidade ideológica em documento particular.
- d) Não está sujeita a pena alguma.

Questão: 63

Ticio, professor de natação, assiste impassível ao afogamento de seu aluno Caio, enquanto fala ao telefone com a namorada. De acordo com a classificação dos crimes adotada em nosso ordenamento, Ticio cometeu crime:

- a) De Omissão de socorro dolosa qualificada pelo resultado morte, crime omissivo próprio.
- b) De Homicídio doloso apenas, crime omissivo por comissão.
- c) De Homicídio Doloso apenas, crime omissivo impróprio.
- d) De Omissão de socorro e homicídio doloso, crimes comissivos impróprios.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão: 64

Após ser investigado pela Polícia Federal de praticar um homicídio por dolo eventual, Pafúncio Luís de Souza foi denunciado e processado pelo rito especial do Tribunal do Júri. Aponte a alternativa correta a respeito do rito especial indicado:

- a) a primeira fase do procedimento não pode ser encerrada com decisão absolutória proferida pelo juiz singular, pois a competência para decidir sobre a culpa ou inocência do réu pertence exclusivamente aos jurados nos crimes dolosos contra a vida.
- b) não cabe ação penal privada subsidiária da pública, para a hipótese de o Procurador da Vara Federal que fará o júri perder o prazo processual para oferecer a denúncia.
- c) o processo é absolutamente nulo pela incompetência da Polícia Federal em apurar crimes dolosos contra a vida.
- d) mesmo não havendo a intenção de matar, o dolo eventual leva o homicídio para o rito especial do Tribunal Popular.

Questão: 65

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Luiz, imputando-lhe a prática de um crime de emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos. Na denúncia, o Promotor de Justiça solicitou a realização de exame grafotécnico para comparar a assinatura constante do cheque com as de Luiz. Após ser citado, Luiz procura seu advogado e esclarece, em sigilo, que realmente foi autor do crime de estelionato e tem medo de que a perícia agendada descubra seu crime e autoria. Considerando as informações narradas, sob o ponto de vista técnico, o advogado deverá esclarecer que Luiz

- a) deverá realizar o exame grafotécnico, segundo as determinações que lhe forem realizadas, mas posteriormente poderá permanecer em silêncio no interrogatório.
- b) poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico, porém, caso o juiz determine a realização na audiência, a colheita do material passa a ser obrigatório, sob pena de desobediência.
- c) poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico durante todo o processo, e essa omissão não pode ser interpretada como confissão.
- d) deverá realizar o exame grafotécnico, pois o direito de não autoincriminação reside apenas na autoria, e não na materialidade do delito.

Questão: 66

A jurisprudência exerce cada vez mais papel de protagonista na interpretação e, em alguns casos, na criação do Direito. A respeito dos enunciados do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta:

- a) o art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorrer do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres e em vias fluviais.
- b) a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Federal.
- c) não se admite a suspensão condicional da pena por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de 1/6 (um sexto) for superior a 1 (um) ano.
- d) a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime pode constituir motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

Questão: 67

João, advogado, ofereceu queixa-crime em face de José, imputando-lhe a prática dos delitos de difamação e injúria. As partes não celebraram a composição civil dos danos e o querelado sempre negou os fatos, não aceitando qualquer benefício. Após o regular processamento e a instrução probatória, em memoriais, João requer a condenação de José pela prática do crime de difamação (art. 139, CP), nada falando em sua manifestação derradeira sobre o crime de injúria (art. 140). Diante da situação narrada, é correto afirmar que:

- a) deverá ser extinta a punibilidade de José em relação ao crime de injúria, em razão da perempção.
- b) deverá ser extinta a punibilidade de José em relação ao crime de injúria, em razão do perdão do ofendido.
- c) deverá ser extinta a punibilidade de José em relação ao crime de injúria, em razão da renúncia ao direito de queixa.
- d) poderá José ser condenado pela prática dos dois crimes contra a honra, já que houve apresentação de memoriais pela defesa técnica do querelante.

Questão: 68

Caio foi absolvido em 1ª instância após ser denunciado pela prática de um crime de roubo em face de Pedro. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, sendo a sentença de primeiro grau reformada pelo Tribunal de Justiça de Roraima para condenar o réu à pena mínima de 04 anos, sendo certo que o acórdão transitou em julgado. Sete anos depois da condenação, já tendo cumprido integralmente a pena, Caio vem a falecer. Posteriormente, Péricles, filho de Caio, encontrou um vídeo no qual foi gravada uma conversa de Caio e Pedro, onde este admite que mentiu ao dizer que foi vítima do crime pelo qual Caio foi condenado, mas que a atitude foi tomada por dívidas de jogo. Péricles, então, procura o advogado da família.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que Péricles, através de seu advogado,

- a) não poderá apresentar revisão criminal, pois a pena de Caio já havia sido extinta pelo cumprimento.
- b) não poderá apresentar revisão criminal, pois o acusado, que é quem teria legitimidade, já é falecido.
- c) poderá apresentar revisão criminal, sendo competente para julgamento o Superior Tribunal de Justiça.
- d) poderá apresentar revisão criminal, sendo competente para julgamento o Tribunal de Justiça de Roraima.

Questão: 69

Um Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um furto de capinha de celular em uma grande loja de departamento, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligência, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica pelo princípio da insignificância. O indiciado, então, pretende o arquivamento do inquérito e procura seu advogado para esclarecimentos, informando que deseja que o inquérito seja imediatamente arquivado, pois não é justo ser investigado por fato que não possui tipicidade. Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que a autoridade policial

- a) deverá arquivar imediatamente o inquérito, fazendo a decisão de arquivamento por atipicidade coisa julgada material.
- b) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado.
- c) deverá elaborar relatório final de inquérito e, após o arquivamento, poderá proceder a novos atos de investigação, independentemente da existência de provas novas.
- d) poderá elaborar relatório conclusivo, mas a promoção de arquivamento caberá ao Ministério Público, havendo coisa julgada em caso de homologação do arquivamento pelo magistrado por atipicidade.

DIREITO DO TRABALHO

Questão: 70

Lurdinha laborou para empresa "JJ. Fogos" Ltda, no período de 01.11.2018 à 03.03.2019, exercendo a função de balconista. Durante o pacto laboral, Lurdinha, por vezes, prestou serviço a um dos sócios, de forma isolada, em outra empresa a qual ele pertencia, a "HH. Doces" Ltda.

Quando dispensada de forma imotivada pela empresa "JJ. Fogos" Ltda, Lurdinha ajuizou Reclamação Trabalhista pleiteando verbas não pagas e requerendo que a empresa HH. Doces Ltda, fosse juntamente responsabilizada. Acerca dos procedimentos legais e do tema em questão, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa "HH. Doces" Ltda é responsável solidariamente, haja vista que a ex-funcionária prestava serviços de forma esporádica, devendo ser responsabilizada com os valores que se resultar da possível ação.
- b) Não se caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessária para caracterização a demonstração e a efetiva comunhão de interesse integrado, bem como a atuação em conjunto das empresas.
- c) Além da responsabilidade solidária que possui a empresa "HH. Doces" Ltda, a mesma deve ser autuada por não ter feito a anotação na CTPS da ex-funcionária.
- d) A empresa HH. Doces Ltda é responsável subsidiariamente, haja vista que a ex-funcionária prestava serviços de forma esporádica.

Questão: 71

Vitor Silva foi contratado pela empresa “Corujão” Ltda. em 03.12.2019, para exercer a função de Operador de Caixa, sendo que a sua CTPS foi anotada apenas em 07.12.2019. Tendo questionado o seu superior hierárquico quanto ao prazo, este o informou acerca da legalidade, e que nada seria devido ao empregado por tal ato. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) O comportamento da empresa está de acordo com a legislação vigente, pois o empregado recém contratado poderá ter a sua CTPS anota em até 10 (dez) dias úteis.
- b) O comportamento da empresa está de acordo com a legislação vigente, já que empregador tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis para anotar a CTPS do empregado.
- c) O comportamento da empresa está equivocado, hipótese que deverá ser autuada pelo órgão competente, já que o prazo para anotação da CTPS é de 48 horas.
- d) O comportamento da empresa está equivocado frente à legislação vigente, já que empregador tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis para anotar a CTPS do empregado apenas quando se tratar de empregado hipersuficiente.

Questão: 72

Priscilinha busca ser indenizada pelos danos extrapatrimoniais sofridos pela empresa “Mundo da Moda” Ltda., e ingressa com Reclamação Trabalhista no dia 20/02/2019, de forma sequencial a sua dispensa imotivada, mas que se operou de forma humilhante, frente aos demais colegas de trabalho.

Diante do exposto, nos casos de danos extrapatrimoniais trabalhistas, se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga para Priscilinha, em um dos seguintes parâmetros:

- a) ofensa de natureza leve, até cinco vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- b) ofensa de natureza média, até dez vezes o último salário contratual do ofendido.
- c) ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.
- d) ofensa de natureza grave, até vinte o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Questão: 73

Sônia possui um negócio local em sua residência, de forma que produz doces para venda, sendo, ainda, auxiliada por sua babá, Claudia, quando esta não está cuidando das crianças, filhos de Sônia.

No entanto, após um desentendimento entre Sônia e Claudia, esta acabou sendo dispensada por justa causa, em razão de uma ofensa física a uma das crianças que cuidava.

Considerando o caso narrado e a legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Cláudia é considerada doméstica e, como tal, terá direito ao levantamento do FGTS e a correspondente multa de 40%.
- b) Cláudia é considerada doméstica e, como tal, terá direito indenização compensatória da perda do emprego, esta que foi realizada mensalmente no importe de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a remuneração do empregado.
- c) Claudia não é considerada doméstica e, nesta situação, não terá direito a qualquer levantamento do FGTS, bem como a eventual indenização.
- d) Claudia é considerada doméstica e, nesta situação, pela justa causa praticada, o empregador terá o direito de resgatar a indenização compensatória pela perda do emprego já depositada.

Questão: 74

Igor Maciel é empregado da empresa de entregas Zas Trás Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Igor tem direito ao adicional de

- a) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.
- b) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.
- c) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.
- d) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.

Questão: 75

Antônio, empregado da empresa “X” fez acordo com seu empregador para extinção de seu contrato de trabalho. Entre as verbas trabalhistas que Antônio terá direito, conforme previsão na CLT, consta:

- a) férias proporcionais sem o acréscimo de um terço.
- b) indenização de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- c) a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada à metade do valor dos depósitos.
- d) metade do aviso prévio, se indenizado.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão: 76

Fernandinha e sua ex-empregadora “Amor&Amor” Ltda. pretendem ingressar com Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial perante a Justiça do Trabalho, uma vez que houve rescisão do contrato de trabalho. Neste caso, e nos termos da lei, a ação:

- a) será ajuizada por petição conjunta, sendo facultada às partes a representação por advogado comum, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até dez dias contados a partir do término do contrato.
- b) será ajuizada por petição conjunta, mas com advogados diferentes para cada parte, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até dez dias contados a partir do término do contrato.
- c) poderá ser proposta por uma das partes, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até dez dias contados da data do ingresso com a ação.
- d) poderá ser proposta por uma das partes, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até a data da audiência ou no prazo determinado pelo juiz.

Questão: 77

Fernando dos Anjos, dirigente sindical, foi flagrado, pelas câmeras de segurança, se apropriando indevidamente de vários produtos do estoque de seu empregador. Considerando que a confiança estabelecida entre as partes foi quebrada, o empregador pretende romper o contrato de trabalho por justa causa. Diante de tal hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) O empregador deve propor inquérito judicial para apuração de falta grave, sendo facultada a indicação até o máximo de 6 (seis) testemunhas para cada parte.
- b) O empregador deve propor inquérito judicial para apuração de falta grave, sendo facultada a indicação até o máximo de 3 (três) testemunhas para cada parte.
- c) O empregador deve propor inquérito judicial para apuração de falta grave, sendo facultada a indicação até o máximo de 2 (duas) testemunhas para cada parte.
- d) O empregador poderá operar a dispensa por justa causa sem necessidade de propositura de ação específica, frente ao poder diretivo do empregador.

Questão: 78

Suponha que Sr. Coruja tenha sido demitido por justa causa em 01 de junho de 2018, propôs a Reclamação Trabalhista em 23 de fevereiro de 2019. A audiência UNA foi designada para 23 de junho de 2019, porém o Reclamante se esqueceu e não compareceu à audiência, ocasionando o arquivamento da ação.

Novamente, Sr. Coruja ingressou com Reclamação Trabalhista em 22 de setembro de 2019 e a audiência UNA foi designada para 14 de dezembro de 2019. Contudo, o Reclamante viajou a passeio para o Rio de Janeiro e, mais uma vez não compareceu à audiência.

Analisando o caso acima exposto, assinale a correta:

- a) Sr. Coruja não poderá mais ingressar com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho, frente as mesmas partes e causa de pedir.
- b) O Sr. Coruja somente poderá ingressar com nova Reclamação Trabalhista, quando transcorrido o prazo de seis meses do último arquivamento, e desde que tenha arcado com as custas processuais decorrentes.
- c) Sr. Coruja poderá ingressar novamente, daqui há seis meses, com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho, a fim de reivindicar seus direitos trabalhistas, independente do pagamento de custas processuais.
- d) Sr. Coruja poderá ingressar imediatamente com nova Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho a fim de que sejam assegurados seus direitos trabalhistas, e desde que justifique sua ausência das audiências anteriores.

Questão: 79

Em sede do processo instaurado entre Sra. Coruja e a empresa “Cursos Jurídicos” Ltda., prolatou-se sentença pelo Juízo da 10ª Vara do Trabalho de São Paulo -SP, sendo julgado procedente o pedido de adicional de insalubridade e horas extraordinárias; já o pedido de adicional noturno foi julgado improcedente.

A reclamada interpôs Recurso Ordinário, contudo não houve interposição de qualquer recurso pelo reclamante. Notificado a apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto, a Reclamante poderá interpor

- a) recurso ordinário quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.
- b) recurso adesivo quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 10 (dez) dias corridos.
- c) recurso adesivo quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 8 (oito) dias corridos.
- d) recurso adesivo quanto ao pedido de adicional noturno, no prazo de 8 (oito) dias úteis.

Questão: 80

Dentre os pressupostos recursais extrínsecos encontra-se o preparo, o qual se refere ao pagamento de custas e depósito recursal pelo recorrente. Nesse sentido, exige-se depósito recursal como requisito de propositura de determinados recursos, exceto:

- a) Recurso Extraordinário.
- b) Embargos Infringentes no TST.
- c) Agravo de Instrumento.
- d) Recurso de Revista.